



COP30: Nem mapa, nem caminho

Opinião

Periodicidade: **Mensal** | Edição **18** | Ano **III** – **Novembro 2025** | Director: **William Mapote** |

- Primeira campanha agrária da era Chapo abre com promessas de mudança
- Fazer da agricultura o motor da independência económica alimenta novo ciclo

Uma semente para nova era



Se é Agro ou Ambiental

Somos seu parceiro de
comunicação

Contacte-nos

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



ÍNDICE

06

Novo ciclo
com metas no topo

10

Batata reno reescreve nova face
do distrito de Gorongosa

13

Por que o orgânico não é sinónimo
de agro-ecológico (Parte I)

15

Indústria de gergelim ganha impulso
com nova fábrica em Dondo

17

Grupos de interesse bloqueiam
desenvolvimento das pescas em
Moçambique

19

Moçambique eleva ambição climática
e mira investimento verde

20

COP30: Nem mapa, nem
caminho

TOPICS

27

Mozambique Opens New Cycle with
Ambitious Production Targets

30

Potato boom reshapes Gorongosa
district's identity

32

Sesame Processing Plant Strengthens
Agribusiness in Central Mozambique

33

Interest Groups Tighten Grip
on Mozambique's Fisheries Sector

35

Mozambique Raises Climate Ambition
and Eyes



www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

Nossos Serviços na Área de Construção

ROTUNDA
PLANT HIRE

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto

📞 +72 (82) 966 1652
+27 (83) 577 6398
✉️ sales@rotundaplant hire.co.za

📍 Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
🌐 <http://www.rotundaplant hire.co.za>

Propriedade

Terra Media Lda - Sociedade
Unipessoal

Publicação:**Revista Terra**

Rua da Resistência n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258847322282 e
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz

**Registo sob n.º
122/GABINFO/
DEPC/210/2022**

Editor

William F. Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armindo F.
Guilherme FM
Bendito Nascimento

Colaboradores:

Nordino Gabriel (Cabo
Delgado)
Afonso Brandão
Luca Bussotti

Revisor Linguístico:
AR&Servicos SU

Maquetização:
Rui Baltazar
Samuel Maribate

Administração:
Narciso F. Mapote
administracao@revistaterra.
co.mz

Comercial:
Filimão A. Cumbane
comercial@revistaterra.
co.mz

Webdesign & Online:
Rui Baltazar

website: [www.
revistaterra.co.mz](http://www.revistaterra.co.mz)

Twitter:
@revistaterramz

Editorial

Dar a voz ao agricultor — oportunidade ou risco para Moçambique?

O Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas anunciou uma viragem profunda na política agrária nacional. A partir da campanha agrícola que agora inicia, a nova visão é clara: o agricultor estará no comando e a lógica de negócio passará a guiar a produção.

A decisão marca o fim de um ciclo de políticas paternalistas, em que o Estado e os projectos definiam o que se devia plantar, que insumos usar e para onde vender.

Na nossa opinião, trata-se de um passo arrojado e necessário, mas que traz consigo desafios sérios, sobretudo num país em que a base produtiva continua frágil e dependente de factores externos.

A ideia central é colocar o agricultor como verdadeiro protagonista do desenvolvimento rural, capaz de decidir segundo as condições do seu solo, do mercado e da sua própria ambição.

Quando o produtor escolhe com liberdade e tem acesso a instrumentos adequados, tende a agir com mais responsabilidade, investir melhor e procurar mercados mais seguros.

O programa InovAgro, implementado no norte do país, mostrou o potencial desta abordagem. Através da ligação directa entre pequenos produtores e empresas privadas de insumos e compra, agricultores de gergelim e feijão-boer passaram a negociar contratos de fornecimento, usar sementes melhoradas e planificar as suas campanhas com base em informação de mercado.

O resultado foi aumento de produtividade, rendimento e confiança. Essa experiência mostra que, quando a autonomia vem acompanhada de estrutura, o agricultor transforma-se num agente económico activo e não num mero beneficiário de projectos.

Mas esta mudança também expõe fragilidades que não se podem ignorar. A maioria dos agricultores moçambicanos continua dependente da chuva, sem acesso regular a crédito, a serviços de extensão ou a informação de preços.

Quando o Estado se afasta totalmente, a promessa de autonomia pode transformar-se em solidão. Há distritos em Nampula e Zambézia onde, após o fim dos apoios à compra de fertilizantes e sementes, muitos produtores voltaram a usar material local de baixa qualidade, reduzindo a produtividade e o rendimento familiar. O resultado foi um passo atrás.

Na nossa opinião, a nova visão da agricultura tem méritos evidentes: dá dignidade ao agricultor, estimula o espírito de negócio e incentiva a diversificação.

Pode atrair investimento, reforçar a ligação ao mercado e reduzir dependências externas. Experiências em países vizinhos, como o Malawi e a Tanzânia, mostram que a liberalização do mercado agrícola pode criar cooperativas fortes e cadeias de valor dinâmicas. Em Moçambique, o modelo de contratos de produção de algodão em Cabo Delgado prova que, quando o agricultor tem garantias de compra e apoio técnico, investe com mais confiança e colhe melhores resultados.

Porém, os riscos são igualmente grandes. A autonomia, num país de fortes desigualdades, pode aprofundar a exclusão. Os camponeses com menos acesso a informação, crédito e terra — sobretudo mulheres e jovens — podem ficar para trás. A pressão para cultivar apenas produtos mais rentáveis pode reduzir a agrobiodiversidade e aumentar a dependência de insumos importados, fragilizando a soberania alimentar. Sem regulação justa e políticas de apoio, a liberdade pode tornar-se um fardo, e não uma oportunidade.

O caminho, na nossa opinião, não é voltar ao controlo estatal, mas sim construir mecanismos que tornem a liberdade segura. O Estado deve concentrar-se em criar as condições básicas: infra-estruturas, mercados rurais, serviços de extensão modernos, pesquisa agrícola adaptada e crédito acessível. Experiências como as cooperativas hortícolas de Inhambane, que negociam directamente com hotéis e supermercados, mostram que é possível conciliar autonomia com apoio técnico e comercial. O mesmo acontece com os seguros agrícolas indexados ao clima em Nampula, que ajudam o agricultor a planificar a produção sem medo de perder tudo com uma má colheita.

O desafio está em garantir que esta nova fase da agricultura moçambicana seja de inclusão, e não de exclusão. O agricultor deve ser livre para decidir, mas não pode ser deixado sozinho. O Estado deve sair do papel de quem manda e assumir o de quem garante — garante condições, protege o pequeno produtor, regula o mercado e apoia a inovação.

Na nossa opinião, o fim do paternalismo é um avanço civilizacional, mas só fará sentido se for acompanhado de uma nova solidariedade rural. A liberdade é essencial, mas só se transforma em progresso quando é acompanhada de justiça e protecção. O agricultor moçambicano não precisa de ordens; precisa de oportunidades. E é nisso que deve assentar a nova política agrária: autonomia com segurança, mercado com equidade, e negócio com dignidade.

William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz



Novo ciclo com metas no topo

O Governo lançou oficialmente, a 13 de Novembro, a Campanha Agrária 2025–2026. Com uma visão transformista, reformas a todos os níveis, a meta é transformar a agricultura num motor de combate à fome e instrumento de transformação económica.



Sob o lema “Trabalhar a Terra é Criar Riqueza para Moçambique”, Daniel Chopo lançou, no Posto Administrativo de Mafambisse, distrito de Dondo, província de Sofala, o início do primeiro ciclo de produção agrária do seu ciclo de governação, que tem como principal aposta, “recolocar a agricultura como a base da independência económica”, inclusão social e segurança alimentar.

Num gesto carregado de simbolismo, Chopo lançou sementes e plantou mudas de arroz num campo explorado em parceria entre uma empresa privada e camponeses associados, marcando o arranque da sementeira e reforçando o apelo à união entre o sector público, o privado e as comunidades rurais.

A cerimónia teve como um dos momentos centrais as bênçãos e preces religiosas, evocando prosperidade para uma época que o Executivo descreve como estratégica para o alcance gradual da auto-suficiência alimentar, num quadro de independência económica baseada na produção nacional.

Metas de Crescimento

A Campanha Agrária 2025–2026 assenta em metas ambiciosas de expansão da produção em todos os subsectores.

Entre os principais objectivos, o Governo prevê:



Esses indicadores, segundo o Governo, estão alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2030) e com

a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, que colocam a agricultura como eixo central da diversificação económica.

Inclusão, Reforma e Competitividade

Ao apresentar as metas da campanha, Daniel Chopo reafirmou o compromisso de construir um sector agrícola inclusivo, sustentável e competitivo, capaz de gerar emprego e renda no campo.

Entre as reformas estruturantes em curso, destacou-se a revisão da Lei de Terras, orientada para garantir acesso justo e produtivo à terra, com prioridade para jovens e mulheres rurais, bem como o reforço das instituições de investigação e extensão agrária, pilares para elevar a produtividade e a resiliência face às mudanças climáticas.



O Presidente sublinhou ainda o papel do sector privado como motor da inovação e da eficiência, apelando a uma maior aposta em investimento agrícola, agroindústria e parcerias de valor que acelerem o desenvolvimento rural.

“A independência económica constrói-se com trabalho, inovação, determinação e coragem”, afirmou Chopo, numa mensagem que marcou o tom da nova campanha.

Mais do que um exercício técnico

de produção, a Campanha Agrária 2025–2026 foi apresentada como um marco simbólico no caminho para a independência económica, um apelo à valorização do trabalho agrícola e à transformação estrutural do país a partir da terra.

Com a juventude e a mulher rural no centro das prioridades, o Governo reafirma que a agricultura é a base do desenvolvimento, da inclusão social e do futuro económico de Moçambique.

A independência económica constrói-se com trabalho, inovação, determinação e coragem”



Soluções Sustentáveis

E agregamos
valor ao seu
NEGÓCIO

Somos uma Agência de Consultoria Moçambicana vocacionada para a prestação de serviços, comprometida com os padrões qualitativos internacionais, os nossos serviços visam demonstrar a satisfação das necessidades do cliente.



Nossos Serviços

- **Contabilidade e auditoria**
- **Assessoria Empresarial**
- **Marketing Digital**
- **Estudo de Mercado e gestão de marcas**
- **Registo de empresas e representações**
- **Desenho e gestão de projectos**
- **Produção de Planos de Negócios**

MISSÃO

Tornar-se um elemento-chave na prestação de serviços de contabilidade e auditoria, estudos de viabilidade económica, pesquisa de mercado, marketing digital, gestão de recursos humanos, desenho e gestão de projectos de investimento e desenho de planos de negócio e formação

Contacte-nos Já

E-mail: dadhuconsultores2013@gmail.com
Maputo – Moçambique

+258 846806154
+258 846073317

Batata reno reescreve nova face do distrito de Gorongosa

Durante décadas, o distrito da Gorongosa, na província de Sofala, foi sinônimo de pólvora, trincheiras improvisadas e um silêncio pesado que só as guerras conseguem impor à terra. Hoje, porém, esse mesmo solo começa a contar outra história. Uma história de produtividade agrícola que tem na batata reno, uma das imagens de marca.

Por: William Mapote
Fotos: Courtesy of SDAE/Gorongosa

Apaisagem continua a mesma: montanhas que vigram o vale, entre outras marcas. Mas há uma nova história que começa a ser reescrita pelas famílias daquele distrito, feita com a terra, que volta a produzir com abundância.

Entre os diversos produtos alimentares que se tornaram marca de Gorongosa, a batata reno surge como um dos destaques, que de forma discreta foi conquistando a preferência nos campos de produção familiar.

Vicente Siticanaco é um dos produtores que se destaca nesta aposta. Detentor de 10 hectares de área de produção no povoado de Nhabirira, localidade de Nha-

maze, contou à nossa reportagem o que torna a batata num produto especial.

“Comecei a apostar na batata por causa dos rendimentos e a capacidade de conservação”, explicou o agricultor.

Habituado ao cultivo do tomate e do repolho, Siticanaco foi conquistador pela batata porque comparativamente às suas anteriores apostas, os rendimentos e as perdas pós-colheitas são relativamente menores.

“A batata consegue-se conservar por um período determinado que dá tempo de comercializar com tranquilidade”, salientou.

Com uma produção circunscrita a dois hectares e meio, o produtor orgulha-se pelos resultados das suas mãos calejadas e o tempo que gasta no campo. Só na última época, diz ter conseguido um rendimento acima de 70 toneladas por hectare, muito acima da média distrital. Pela resposta que a terra dá ao seu esforço, olha para a presente campanha agrícola (2025-2026) com mais confiança, tendo como foco, a expansão da área de produção.



Cultura que mobiliza

Aposta na nova rainha da terra que reescreva a nova história de Gorongosa, iniciou em 2022 mas em pouco tempo conquistou até os mais tradicionais produtores locais.

De acordo com Diolinda Alberto, Supervisora da Rede de Extensão Rural em Gorongosa, actualmente o distrito conta com 3200 produtores focados na batata, numa tendência crescente de camponezes que mostram interesse em aderir a esta cultura.

“Ha muitos produtores interessados, primeiro, em adquirir áreas nos regadios onde temos regadios naturais, porque é lá onde melhor se produz batata, segundo em produzir esta cultura que é uma cultura bastante procura ao nível da provincial de Sofala, em particular”, explicou a supervisora.

Com uma média de 40 toneladas por hectare, Gorongosa é actualmente responsável por pouco mais da metade da batata produzida em Sofala, que segundo dados oficiais, é estimada em 82 mil toneladas por campanha.

A fama da cultura também se alimenta de curiosidades: batatas que chegam a pesar um quilo e meio, encontradas em povoados como Nhamanguguo, Muera e Nhambirra, tornaram-se parte do imaginário local.

“Os depoimentos dos produtores sobre os custos de produção e os rendimentos, muitos camponezes ganham curiosidade de começaram a produzir”, justificou a extensão.

Com cada vez maior agricultores a aderirem, um dos factores de su-

cesso tem sido desempenhado pelos serviços de extensão cujo foco é assistência técnica, transferência de tecnologias, promoção de parcerias e ligação com Mercado para acesso a sementes melhoradas.

De uma cultura que começou de forma “timida”, circunscrita em Gorongosa, a batata é hoje uma cultura de bandeira também nos distritos de Chibabava, Nhamatanda, Búzi e Dondo, atraídos por histórias de colheitas rápidas, de solos férteis, de famílias que voltavam a ter estabilidade.



Vicente Siticanaco e Diolinda Alberto em campo de produção da batata

Crescimento e desafios

Com a realidade que a província demonstra, as autoridades garantem que de Sofala está a consolidar, de forma significativa, os passos para redução da dependência de batata importada, durante grande parte do ano.

Impulsionada por centenas de produtores activos, Sofala garante o abastecimento interno entre Maio e Novembro, período em que as autoridades asseguram que a província é praticamente auto-suficiente.

“No pico da colheita, temos muita oferta e a batata consumida é totalmente local”, explicou o Director Provincial da Agricultura, António Sacamalua.

Apesar dos avanços, tal como em outras culturas, prevalecem desafios que impactam na produção da batata em Sofala, a começar pelo acesso a sementes certificadas, admite o director.

“A semente continua a ser o principal obstáculo ao aumento da produção. Os produtores estão dependentes da importação via África do Sul. A falta de sementes certificadas limita a expansão e mantém os custos relativamente altos, com-

parativamente a alguma produção importada”, explicou.

Como alternativa, alguns produtores recorrem a técnicas locais de conservação do próprio tubérculo para usar como semente no ano seguinte.

Paralelamente, a ausência de uma indústria de processamento enfraquece a cadeia de valor e contribui para o crescimento de desperdícios, não obstante considera-se que o produto local é mais resistente, comparativamente ao sul-africano.

“O nosso desafio agora não é produzir, é conservar e processar para garantir abastecimento durante todo o ano”, afirmou a fonte, apelando ao sector privado, em particular, para olhar para este sector com mais atenção, como oportunidade de negócio.

Segundo o responsável, sem uma solução de conservação, a província perde até metade da produção sazonal em alguns períodos, fenómeno também observado noutras hortícolas como a cebola.



António Sacamalua falando sobre a cultura da batata em Gorongosa



Roberto Malvezzi (Gogó)

Por que o orgânico não é sinônimo de agro-ecológico

(Parte I)

Durante décadas, o distrito da Gorongosa, na província de Sofala, foi sinônimo de pólvora, trincheiras improvisadas e um silêncio pesado que só as guerras conseguem impor à terra. Hoje, porém, esse mesmo solo começa a contar outra história. Uma história de produtividade agrícola que tem na batata reno, uma das imagens de marca.

Nos últimos 40 anos, o modelo de desenvolvimento agrícola dominante vem sendo contestado de forma categórica com duas linhas de argumentação e de evidências: a sua insustentabilidade intrínseca e a comparação com sistemas apropriados para enfrentar as múltiplas crises que se acumulam sobre a humanidade, conhecidos como sistemas agro ecológicos. Não é aqui o espaço para demonstrar a veracidade do parágrafo acima. O que nos interessa aqui é estudar um dos principais desafios para a promoção da agroecologia neste momento em que ainda predomina a lógica do capital, tanto na produção como na organização e nos condicionantes do mercado de produtos agropecuários.

As experiências de promoção da agroecologia, até pouco tempo atrás, se concentravam na categoria dos pequenos produtores familiares. Actualmente, médias e grandes empresas capitalistas entraram neste mercado de forma agressiva e hoje já existe uma proposta de agronegócio verde (orgânico) ganhando adeptos em várias partes do mundo. Antes de examinar esta nova contradição, precisamos definir o que se entende por produção agroecológica para poder examinar as suas características e as consequências

na relação com diferentes tipos de mercado.

O que é agroecologia e quais são as suas diferenças com a produção orgânica?

Todo mundo consegue identificar um sistema agropecuário convencional. Suas características são bem definidas e conhecidas, sobretudo pelas imagens da intensa propaganda televisiva (“agro é tec, agro é pop, agro é tudo...”). Este sistema, conhecido como agronegócio, está marcado pelas monoculturas, uso de sementes de variedades de plantas geneticamente modificadas em laboratórios, adubação química, controle de pragas e invasoras por agrotóxicos, mecanização de todas as operações agrícolas.

São sistemas operando em escalas cada dia mais elevadas, chegando a mais de uma centena de milhar de hectares de monocultivos. No entanto, este modelo pode ser operado em escalas menores, nas dimensões da agricultura familiar, mantendo as características e conhecido como “agronegocinho”, muito embora com menos eficiência do que nas escalas mais elevadas para a maioria dos produtos agropecuários.

Quando se busca definir um sistema agroecológico a fórmula perde nitidez. No Brasil de hoje, chama-se de agroecologia uma variedade de sis-

temas agropecuários e os critérios de definição variam.

Alguns consideram que a agricultura orgânica é um sinônimo de agroecologia. Entretanto, lembramos que a definição de agricultura orgânica, inclusive inscrita em lei, não indica como o sistema deve funcionar, mas que tipo de produto deve ser a resultante.

O produto orgânico se define pelo que ele não pode empregar para ser obtido (produtos químicos, engenharia genética). Já os produtos agro-ecológicos são necessariamente orgânicos, mas o modo de produzi-los pode ser muito diferente.

A agroecologia se define pela aplicação de princípios da ecologia ao manejo de sistemas agropecuários. Isto vai muito mais longe do que proibir o uso de certos insumos industriais. O princípio mais importante a ser observado é a busca da maior diversidade genética possível no sistema. Isto anula a possibilidade de um sistema orgânico empregando uma monocultura ser classificado como agroecológico.

Nos sistemas agro - ecológicos, busca-se diversificar as plantas cultivadas e integrar as plantas nativas no desenho produtivo.

A diversidade se estende a cada espécie de planta cultivada, com o uso de variedades crioulas (chamadas

Todo mundo consegue identificar um sistema agropecuário convencional. Suas características são bem definidas e conhecidas, sobretudo pelas imagens da intensa propaganda televisiva (“agro é tec, agro é pop, agro é tudo...”)

de “landraces” na literatura técnica).

As variedades crioulas têm uma diversidade genética muito superior à das sementes melhoradas em laboratórios ou centros de pesquisa, tipicamente manipuladas para obter a maior uniformidade genética.

Estas diferenças podem ser resumidas em uma característica genérica: sistemas agro - ecológicos tendem a ser altamente complexos e diversificados, enquanto os convencionais tendem a ser super simplificados e os orgânicos podem ser mais ou menos simplificados ou complexos. Entre os praticantes da promoção da agroecologia, há uma tendência a considerar que os sistemas tradicionais da agricultura familiar podem ser chamados de orgânicos, isto porque não usam insumos químicos, empregam variedades crioulas e cultivam uma maior diversidade de plantas em um mesmo roçado, integrando preferencialmente as criações animais.

Tal definição pode ser considerada correcta, mas ela esconde outra variável: a sustentabilidade destes sistemas tradicionais no momento presente.

No Brasil e em boa parte do mundo, a agricultura familiar tradicional usa um sistema produtivo conhecido desde os primórdios da agricultura e chamado de “cultivo sobre queimadas”. (A expressão em espanhol é mais clara na sua descrição, “roce, tumba y quema”.) Estes sistemas podem ser considerados agro - ecológicos e orgânicos, mas não são sustentáveis, a não ser em circuns-

tâncias muito raras no presente. Enquanto a disponibilidade de terras era muito ampla, o sistema funcionava a contento e se sustentava. A família produtora roçava a vegetação nativa e a queimava, usando as cinzas para adubar o solo. Isto permitia que o plantio se mantivesse constante por algum tempo (variando segundo a natureza dos solos e da vegetação).

As áreas de cultivo sempre foram pequenas, alguns hectares apenas, em função do tamanho da família e da disponibilidade de mão de obra. Em alguns anos (de dois a três no semiárido nordestino), a produtividade do solo caía e os cultivos tinham que ser abandonados para um pousio que podia durar até 25 anos (na mesma região citada) para total recuperação da fertilidade natural.

Este mecanismo de recuperação natural dos solos necessitava de uma disponibilidade de terra de 25 vezes a área cultivada (dois a três hectares).

Em outras palavras, para cultivar dois a três hectares por ano, um agricultor familiar necessitaria de 50 a 75 hectares somente para poder recuperar os solos. Caso contrário, quanto mais curto o pousio, menor a recuperação dos solos e menor a produtividade e/ou o tempo de cultura contínua.

Este sistema tradicional, mais voltado para o auto - abastecimento alimentar da família com alguma produção excedente para o mercado e alguma cultura especializada como algodão e mamona, plantados nas áreas em pousio, foi se tornando inviável ao longo do tempo com a diminuição do tamanho das propriedades pelas divisões sucessórias. Hoje, mais de um milhão de famílias agricultoras nordestinas têm menos de 5 hectares de terra disponível e isto foi levando à degradação dos solos com o encurtamento dos pousios.

Para concluir, se é verdade que os agricultores tradicionais adotam princípios que se aproximam da agro-ecologia (diversidade e complexidade), seus sistemas produtivos já não os sustentam há muito tempo e são cada vez mais degradados.

As técnicas aplicando os princípios mais avançados da agro-ecologia são altamente intensivas no uso do espaço e diversificadas ao máximo para poder melhor equilibrar o ambiente e optimizar a produção total. Em comparação com os sistemas convencionais e os tradicionais, os sistemas agro - ecológicos têm maior eficiência, oferecendo mais produtos e de melhor qualidade, com menores custos de investimento, com exceção da quantidade de mão de obra.

Por outro lado, pode-se dizer que eles cobram um alto conhecimento das condições ambientais e dos recursos naturais, habilidade no manejo de um sistema complexo e optimização da gestão do uso da mão de obra. Por esta razão, são sistemas que não podem operar em grande escala.

Pode-se dizer que a complexidade dos sistemas agro - ecológicos aumenta na razão inversa do tamanho manejável da área produtiva. Por outro lado, a produtividade dos sistemas agro

- ecológicos varia na razão directa da diversidade e complexidade dos desenhos produtivos.

Muitos praticantes da agro-ecologia costumam dizer que os sistemas estão em transição permanente e que não é possível dizer de forma absoluta se um sistema é ou não agroecológico.

Penso que isto não se justifica. Se é verdade que o processo de transformação dos sistemas é permanente, isto não quer dizer que não se possa delimitar o que se poderia chamar de “ponto de inflexão”, a partir do qual um sistema em transição passaria a ser agro-ecológico.

A meu ver, o que distingue um sistema agro-ecológico é o desenho produtivo complexo e diversificado, integrando cultivos e criações e a vegetação nativa. Isto é muito diferente de sistemas orgânicos onde apenas foi feita uma substituição de insumos químicos e se mantêm desenhos simplificados com monoculturas de umas poucas plantas.

[Continua na proxima edição...](#)

Texto gentilmente cedido pelo portal www.outraspalavras.net

Indústria de gergelim ganha impulso com nova fábrica em Dondo

Entrou oficialmente em funcionamento no passado dia 13 de Setembro a nova fábrica de processamento de gergelim, que promete dinamizar a cadeia do Agronegócio no centro do país. Inaugurada em Nhamayábuè, distrito de Dondo, província de Sofala, a fábrica vai trazer previsibilidade aos pequenos produtores daquela oleaginosa..



A moderna unidade, operada pela Robust International — empresa com capitais sediados em Singapura — representa um investimento de 35 milhões de dólares e emprega actualmente cerca de mil trabalhadores de forma directa.

Para mais de 35 mil pequenos produtores, a chegada da fábrica veio garantir um comprador estável, reduzindo a volatilidade que por anos marcou a comercialização do gergelim.

Narayan Raagavan, líder da Robust International, descreve o projecto como parte de uma visão mais ampla de industrialização inclusiva.

“Nossa jornada aqui tem sido guiada por uma crença simples: a riqueza agrícola da África deve ser acompanhada pela agregação de valor local, criando prosperidade não apenas para os negócios, mas também para as comunidades”, afirmou.

A fábrica, inaugurada pelo Presidente da República, Daniel Chápo, possui capacidade para descascar e processar 50 mil toneladas por ano, eliminando a necessidade de exportar o gergelim em bruto — uma prática que historicamente limitava o ganho real dos agricultores.

“O maior valor deste projecto não está nas máquinas, mas nas vidas que transforma”, disse o Chefe de Estado na cerimónia de inauguração.

“O que antes saía como matéria-prima volta agora ao mundo como produto processado ‘Made in Moçambique’.”

Com a entrada em funcionamento da fábrica, as aldeias em redor de Nhamayábuè começaram a registrar maior dinamismo comercial, expansão de pequenos serviços e novas oportunidades de transporte local, num efeito multiplicador que ultrapassa o próprio sector agrícola.

A proximidade ao Corredor e ao Porto da Beira reforça a competitividade logística, permitindo que os primeiros lotes processados cheguem mais rapidamente aos mercados regionais e internacionais.

O Governo continua a apelar para que jovens e agricultores reforcem a produção de gergelim, destacando que a capacidade de absorção da fábrica supera a actual oferta.

“A fábrica precisa de mais matéria-prima. Os jovens estão convidados a produzir gergelim, porque aqui já existe mercado garantido”, salientou Chápo.

Com a campanha agrícola em curso, os próximos meses deverão determinar a velocidade com que esta nova aposta industrial consolidará o gergelim como uma das culturas de maior valor para as famílias rurais do Centro do País.



GALERIA
Distinctive Furniture For Luxe Living Spaces

Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de
produtos de luxo e design de qualidade superior
para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração e iluminação para interiores, Tudo de
coleções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contacto

- 📞 +72 (82) 966 1652
- 📞 +27 (83) 577 6398
- ✉ sales@rotundaplanthire.co.za
- 📍 Litchie Road, Vlintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- 🌐 <http://www.rotundaplanthire.co.za>



Grupos de interesse bloqueiam desenvolvimento das pescas em Moçambique

O Governo decidiu extinguir a Empresa Regadio do Baixo Limpopo (RBL, EP) e transferir a gestão da infraestrutura para o Instituto Nacional de Irrigação (INIR, I.P.), anunciou, recentemente, o Conselho de Ministros.

O sector das pescas moçambicanas, apontado há décadas como um dos pilares potenciais da economia azul no país, permanece estagnado devido à acção directa de grupos de interesse que influenciam deci-

sões institucionais, distorcem o licenciamento e criam barreiras à entrada de operadores independentes. A conclusão é apresentada em novo estudo submetido ao Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que descreve o problema como um “estrangulamento estrutural” com impacto nacional.

Moçambique dispõe de 2.700 km de costa, biodiversidade marinha abundante e capacidade estimada de 5 milhões de toneladas de pescado/ano, mas explora apenas 10% desse potencial.

O relatório aponta que a razão não está apenas na falta de meios — mas, sobretudo, na captura institucional exercida por actores influentes que condicionam decisões técnicas e operacionais.

Interferências que moldam

A investigação revela que a emissão de licenças, renovações e autorizações de exportação tem sido alvo de práticas informais, nomeadamente, “exigências de participação nos capitais das empresas, pedidos de adiantamento de dividendos, bloqueios deliberados de documentos, e interpretações divergentes da legislação consoante o ciclo político”.

“Estas interferências têm consequências económicas sérias”, destaca o estudo que aponta os impactos nos operadores industriais.

“Empresas industriais e semi-industriais encerraram operações nos últimos anos, não por falta de recursos naturais, mas devido ao ambiente de negócios impraticável.

O resultado é a retração do investimento nacional e externo, perda de receitas públicas e redução da capacidade fiscal do Estado”, explica. O estudo cita ainda casos de projectos de aquacultura que deixaram de exportar por detalhes burocráticos manipulados, como a ausência de formulações específicas numa licença sanitária — um erro que levou ao colapso de iniciativas economicamente viáveis.

Entre o potencial e a captura institucional

A província de Cabo Delgado, foco do estudo, demonstra o impacto mais visível destes estrangulamentos.

A fonte salienta que “apesar da riqueza pesqueira e de 430 km de costa, a região perdeu metade da sua participação na produção nacional, passando de 12,5% em 2012 para 6,2% em 2024” e, por outro lado, “a força de trabalho caiu 35% no mesmo período e dezenas de centros de pesca fecharam”.

“A inexistência de um porto de pesca em Pemba — uma lacuna estrutural nunca resolvida” é apontada como consequência directa da fragilidade institucional e da incapacidade do Estado em priorizar investimentos estratégicos num ambiente dominado por interesses privados.

Sem este porto, embarcações de pesca comercial recorrem ao porto comercial, pagando tarifas elevadas, o que desencoraja qualquer operação em Cabo Delgado e redireciona operadores para outras províncias.

Perda de soberania marítima

Os estrangulamentos não se limitam ao plano económico. De acordo com a fonte, a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada agravou-se à medida que os mecanismos de fiscalização permanecem debilitados — em parte devido à influência exercida sobre processos de monitoria e aplicação de sanções.

“O país não dispõe de patrulhas oceânicas próprias e, em alguns casos, fiscalizações são feitas com embarcações disponibilizadas pelos mesmos operadores sujeitos a controlo, um conflito de interesses extremo”, explica.

O estudo refere perdas anuais superiores a 70 milhões de dólares, mui-



tas vezes associadas à actuação de frotas estrangeiras em zonas proibidas.

Informações apresentadas no estudo indicam que, em Cabo Delgado, o aumento do contrabando de polvo para a Tanzânia, um mercado paralelo que opera fora dos mecanismos legais e beneficia intermediários que escapam a qualquer fiscalização formal.

Impacto do conflito

A instabilidade militar na província — com deslocação de comunidades inteiras — acabou por concentrar pescadores em poucas zonas seguras, aumentando a sobrepesca e a degradação dos ecossistemas, descreve a fonte.

“Com a presença reduzida do Estado e a ausência de fiscalização estruturada, actores locais e externos passaram a gerir o espaço marítimo de forma informal”.

Feitas as contas, o documento refere que “o sector passou de uma contribuição superior a 3% do PIB nos anos 1990 para 1,3% em 2024” e “as receitas de licenciamento também diminuíram, de 263 milhões de meticais em 2020 para 222 milhões em 2024”, um declínio constante que o estudo associa directamente a “cap-

tura institucional, à ausência de políticas consistentes, e à manutenção de um modelo produtivo baseado quase exclusivamente na pesca artesanal desvalorizada”.

Para quebrar o ciclo devastador, o estudo recomenda a adopção de reformas abrangentes, centradas na “digitalização e transparência total dos processos de licenciamento, auditorias forenses às licenças e receitas, construção de um porto de pesca em Cabo Delgado, reforço de fiscalização marítima com drones, satélites e navios dedicados, e integração efectiva da pesca artesanal na cadeia de valor.

Moçambique deu início à elaboração da sua terceira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 3.0), documento estratégico que irá definir as metas nacionais de mitigação e adaptação climática para o período 2026-2035, a ser submetido à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Segundo Jadwiga Massinga, técnica da Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas, a nova NDC deverá expandir o potencial de mitigação para sectores até aqui menos explorados, em relação ao compromisso em vigor.

Entre as áreas apontadas como prioritárias, destacam-se os resíduos, a indústria, os ecossistemas de ervas marinhas e mangais, bem como o sector de petróleo e gás.

“Será fundamental reforçar a recolha de dados, a transparência e os mecanismos de financiamento”, sublinhou Massinga.

Apesar dos desafios, o país tem registado progressos na aplicação de técnicas agrícolas e pecuárias conservacionistas, no acesso à energia limpa e na restauração ambiental. Entre as conquistas mencionadas estão a expansão da rede nacional de energia, a criação de micro-redes de distribuição, o uso crescente do gás natural e a promoção da eficiência energética.

O processo de elaboração da NDC 3.0, liderado pelo Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas, exigirá forte coordenação interministerial e envolvimento activo do setor privado, sociedade civil e academia. “Moçambique precisa desenvolver tecnologia, inovação e capital humano para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e transformar vulnerabilidades em oportunidades de desenvolvimento sustentável”, concluiu Massinga.



Moçambique eleva ambição climática e mira investimento verde

Moçambique apresentou, durante a COP30, a versão preliminar da sua NDC 3.0, que tem como meta, reduzir entre 15% e 25% das emissões de gases de efeito estufa até 2035. Com a nova abordagem, o país sinaliza ao mercado global de carbono que está pronto para receber investimento verde.

A nova NDC 3.0, ou seja, conjunto de medidas que o país se compromete a implementar como seguimento da agenda ambiental, representa, segundo as pretensões nacionais, um salto na estratégia climática do país. Baseada no inventário nacional de emissões de 2020 e alinhada à estratégia de desenvolvimento de baixas emissões até 2050, a proposta será, segundo apuramos, refinada com modelações técni-

cas adicionais, mas já aponta para uma trajectória mais ambiciosa e compatível com o Acordo de Paris.

Um dos destaques do documento, consultado pela nossa redacção, é o compromisso de explorar mecanismos como os créditos de carbono transacionáveis. A medida abre portas para financiamento privado em projectos de mitigação, estimulando sectores como energia renovável, reflorestamento, agricultura regenerativa, biogás e eficiência industrial.

De acordo com o documento preliminar, além da mitigação, a NDC identifica oportunidades de negócio em áreas críticas para o desenvolvimento sustentável:

Mitigação e adaptação

Apesar de ter uma responsabilidade histórica mínima nas emissões globais — com contribuições líquidas negativas até 2003 quando consideradas as florestas —, Moçambique reforça o seu papel na mitigação climática, condicionando o avanço à disponibilidade de financiamento, tecnologia e capacitação. O país mantém a adaptação como prioridade nacional, dada a frequência de eventos climáticos extremos, mas vê na mitigação uma oportunidade de gerar empregos, receita e novos mercados. A versão final da NDC 3.0 será definida após consultas e ajustes técnicos, mas a versão preliminar já posiciona Moçambique como um polo emergente para investimento verde na África.

NDc 3.0

EMISSIONS REDUCTION PLAN



Liszt Vieira**

*COP30: Nem mapa, nem caminho

“Cúpula das Florestas” seguiu o script das negociações anteriores: lobby do petróleo prevaleceu. Caminhos para o combate ao desmatamento e transição energética continuam vagos. Avanços foram pontuais e sequer são “prêmios de consolação” diante da urgência climática

O modelo das Conferências Internacionais da ONU sobre Clima, chamadas COPs, parece ter se esgotado. As Declarações Finais com as decisões são aprovadas necessariamente por consenso. E os países produtores de petróleo, gás e carvão jamais concordariam com a crítica aos combustíveis fósseis, apesar das gravíssimas denúncias dos cientistas de que estamos ultrapassando a meta de 1,5º C fixada no Acordo de Paris.

A COP30 terminou como todas as anteriores. Aprovou uma Declaração Final sem tocar no principal problema responsável pelo aquecimento global e pela crise climática: a queima de combustíveis fósseis. A linguagem diplomática tenta ocultar esse fracasso que não é exclusividade da COP30, ocorreu nas 29 COPs anteriores. Um bom exemplo foi a frase do Comissário Europeu do Meio Ambiente afirmando que desejava um acordo mais ambicioso, mas esse acordo está na direção certa.

O presidente da COP30, embaixador André Correia do Lago, afirmou que o mapa do caminho para a redução gradual do uso de combustíveis fósseis não entrou na Declaração Final, mas ganhou “tração”, vida própria, e será anunciado fora da COP. Ele se comprometeu a apresentar até a COP31 dois mapas do caminho: um para o combustível fóssil e outro para desmatamento.

Para o Greenpeace, esse compromisso é uma espécie de “prêmio de consolação”.

Na realidade, cerca de 80 países passaram a apoiar a construção de um mapa do caminho para a transição rumo ao fim do uso de fósseis. Apesar disso, o tema foi bloqueado nas negociações sobretudo pelos países árabes, liderados pela Arábia Saudita. Mas o governo da Colômbia se antecipou e assumiu liderança ao convocar uma Conferência Internacional sobre Fósseis em abril

O presidente da COP30, embaixador André Correia do Lago, afirmou que o mapa do caminho para a redução gradual do uso de combustíveis fósseis não entrou na Declaração Final, mas ganhou “tração”, vida própria, e será anunciado fora da COP

de 2026 na Colômbia. No que se refere ao desmatamento, não houve avanços no texto final que manteve a mesma linguagem do texto da COP29.

Os cientistas do Pavilhão da Ciência Planetária criticaram a falta de menção aos combustíveis fósseis no texto final da COP30: “A verdade é que não há como evitar um perigoso aumento da temperatura global sem acabarmos com a dependência de combustíveis fósseis até 2040 ou, no mais tardar, até 2045. Não cumprir isso empurrará o mundo

para uma perigosa mudança climática dentro de 5 a 10 anos, causando extremos climáticos cada vez mais intensos que afetarão bilhões de pessoas”. E mais adiante: “No início da semana, dissemos que a COP tinha uma escolha – proteger as pessoas e a vida, ou os interesses da indústria de combustíveis fósseis”. Segundo eles, as negociações oficiais estão ‘fora da realidade do planeta’ – declaração assinada por diversos cientistas, entre eles Carlos Nobre, Johan Rockstrom, Thelma

Krug (presidente do Conselho Científico da COP30); Paulo Artaxo (USP) e diversos outros.

Apesar disso, houve avanços pontuais que merecem ser citados. Por exemplo, na Cúpula dos Líderes, que ocorreu antes da COP 30, o governo brasileiro lançou o TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre) que já captou 7 bilhões de dólares. Mas no encontro paralelo da Cúpula dos Povos, foi constituída uma coalizão de mais de 100 entidades condenando o TFFF e buscando uma proteção para os bosques e florestas numa perspectiva pública.

Um avanço foi o reconhecimento da importância dos povos indígenas para a mitigação climática. Pela primeira vez os povos de origem africana foram citados. O texto final convocou esforços para triplicar o volume de financiamento para adaptação até 2035, mas nada garante que isso será cumprido.

Destaque especial deve ser atribuído ao papel dos cientistas e das organizações da sociedade civil denunciando que, se não houver mudanças rápidas na política ambiental, caminharemos breve para um

Colapso que ameaça a sobrevivência humana no planeta. A Marcha Global pelo Clima reuniu cerca de 30 mil pessoas. O presidente Lula teve papel importante defendendo em Belém o fim da exploração de combustíveis fósseis, e contrariando o presidente Lula do Governo que defendeu a exploração de petróleo na margem equatorial do Amazonas e “anunciou a inclusão de mais de 275 blocos na oferta permanente de licitações da Agência Nacional de Petróleo” (Observatório do Clima, O Globo, 22/11/2025).

Às vésperas da COP30, divulguei um artigo dizendo que essa COP iria ser julgada pela decisão a respeito de três grandes temas: queda significativa no uso dos combustíveis fósseis, redução drástica no desmatamento e financiamento adequado para a adaptação dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Não houve avanço real em nenhuma dessas questões na Declaração Final da COP30, conhecida como Decisão Mutirão. Muito se falou sobre a infraestrutura precária da cidade de Belém para receber os mais de 75 mil participantes que estiveram na última COP29 em Baku, Azerbaijão. Pelos dados oficiais, vieram 195 países e mais de 42 mil participantes, bem menos do que nas COPs anteriores, mas o número final, embora possa ter prejudicado alguns países e ONGs mais pobres, parece não haver influenciado o resultado. Os incidentes na organização da infraestrutura, como falta de água num dia e incêndio no outro, tampouco influenciaram o resultado final.

Na realidade, uma COP é uma Conferência global e seu resultado não depende do local onde é realizada. Além de eventuais interesses políticos do Governo, Belém foi escolhida por razões simbólicas de estar na Amazônia. Um símbolo meramente retórico, pois isso não influencia nada nas decisões oficiais, embora

deva se destacar a força das reuniões e manifestações da sociedade civil.

O fato é que a COP30 repete o mesmo script das COPs passadas. Como não há consenso sobre os três pontos assinalados acima – redução dos combustíveis fósseis, do desmatamento e o financiamento adequado para a adaptação dos países pobres à crise climática – os delegados oficiais dos países fazem um malabarismo diplomático para encobrir o fracasso e apresentar um avanço que só existe em alguns pontos específicos.

O fato é que a COP30 repete o mesmo script das COPs passadas. Como não há consenso sobre os três pontos assinalados acima – redução dos combustíveis fósseis, do desmatamento e o financiamento adequado para a adaptação dos países pobres à crise climática

Na Declaração Final, a crítica aos combustíveis fósseis está completamente ausente. Tampouco foram mencionados os “mapas do caminho” (road maps) para acabar com a dependência dos combustíveis fósseis e com o desmatamento. Segundo declararam os cientistas, com apoio de toda sociedade civil presente, suprimir a menção aos combustíveis fósseis “é uma traição à ciência e às pessoas, especialmente as mais vulneráveis, e é completamente incoerente com as metas reafirmadas de limitar o aquecimento a 1,5 grau Celsius e rapidamente acabar com o estoque de carbono. É impossível limitar o aquecimento a níveis que protejam as pessoas e a vida sem eliminar gradualmente os

combustíveis fósseis e acabar com o desmatamento”.

Por seu lado, o Greenpeace afirmou que a “Decisão Mutirão” não dá uma resposta ao tamanho da emergência climática que o mundo vive. “Não traz nem mapa e nem caminho para a transição para longe dos combustíveis fósseis e para o fim do desmatamento até 2030, e não garante que os recursos necessários para adaptação, absolutamente essenciais para os países em desenvolvimento, sejam de fato mobilizados pelos países desenvolvidos”, disse Carolina Pasquali, diretora executiva do Greenpeace Brasil.

Enfim, acabou saindo uma Declaração Final aquém das expectativas do governo brasileiro, dos cientistas e ambientalistas, mas na linha das COPs anteriores. Os países produtores de petróleo lideraram o embargo a um plano de transição para energias renováveis, com indicações concretas para um mapa do caminho em direção a uma redução drástica das emissões de gases de efeito estufa responsáveis pela crise climática. E os EUA, grande produtor de petróleo, boicotou e não apareceu na COP30.

Assim, a COP30 decepcionou por não ter avançado, com exceção de alguns poucos pontos específicos, no enfrentamento da crise climática que, em poucos anos, começará a ameaçar a sobrevivência da humanidade em nosso planeta. Segundo os cientistas, se não houver decisões drásticas a curto prazo, o Colapso em pouco tempo surgirá no horizonte.

***Cortesia do canal “Outras Palavras”**

****Professor universitário, sociólogo e político brasileiro, ligado ao movimento ambientalista.**



Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na **Terra Media**, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

NOSSOS SERVIÇOS



CRIAÇÃO E GESTÃO DE WEBSITES

Criação de um design visual atraente e responsivo.
Desenvolvimento de protótipos.
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Palestras, Workshop,
Seminários, Conferências,
Mesas Redondas.



PRODUÇÃO DE REVISTAS CORPORATIVAS

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,
design atraente, versatilidade de formato
e Qualidade.



CONCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS

Documentários,
Reportagens e
Vídeos Institucionais.

contacte-nos



comercial@revistaterra.co.mz
redacao@revistaterra.co.mz



+258842399758
+258821233910



Whether it's
agriculture
or the **environment**

we are your trusted
communication partner

Contact US:

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900

